

SOS Criança pode ajudar em decisão judicial

Criado no Espírito Santo em 1991 e funcionando 24 horas por dia, o SOS Criança é um serviço telefônico que recebe denúncias de violência e maus-tratos contra crianças e adolescentes. De suma importância, o programa ajuda até nas decisões judiciais.

Em Vitória, o SOS Criança conta com duas assistentes sociais e duas estagiárias de Serviço Social da Ufes. Na coordenação do programa, a assistente social Sanilda Faustino dos Santos relatou:

“Assim que a vítima chega aqui, ela é entrevistada pelas estagiárias do Serviço Social, que fazem um diagnóstico completo do caso, descrevendo o ambiente social da criança ou do adolescente”.

Posteriormente, afirma Sanilda, o diagnóstico é avaliado pela coordenação do programa e enviado à Justiça. “O diagnóstico é muito relevante, porque serve de suporte para o juiz. Por exemplo: quando se trata de um caso grave, a Justiça, embasada no diagnóstico, pode até pedir a mudança da guarda da criança”, disse a assistente social.

Vigilância e terapia

De acordo com Sanilda, o SOS Criança também realiza com as vítimas um trabalho terapêutico e uma oficina temática, com planejamento semanal das atividades.

“Explicamos às crianças e aos adolescentes como é o processo de exploração sexual. Como começa o crime e suas conseqüências psicológicas e sociais”, afirmou.



Gildo Loyola

Vergonha

Exploradas sexualmente quando eram adolescentes e atualmente vivendo como garotas de programa, jovens afirmam que começaram a se prostituir cedo, devido à falta de dinheiro, mas estão arrependidas

Capixaba não denuncia exploração sexual

No ano passado, apenas sete casos de exploração sexual de crianças e adolescentes e cinco suspeitas do crime foram registrados no programa SOS Criança do Estado

LÚCIA GARCIA

Aliciadores fazem falsas promessas

Na região Sudeste do Brasil, existem cinco modalidades de exploração sexual contra crianças e adolescentes. No Espírito Santo, garante a assistente social do programa SOS Criança, Sanilda Faustino dos Santos, acontecem os cinco tipos do crime.

O pornoturismo (turismo sexual) é uma das modalidades de exploração sexual. “Acontece em cidades litorâneas como Vitória, Recife e Fortaleza, onde há facilidade de estimular essa prática”, disse Sanilda.

Vindos do interior do Espírito Santo com o sonho de crescer na vida, crianças e adolescentes também são vítimas da exploração sexual praticada em prostíbulos, outra modalidade do crime.

“Elas são iludidas com promessas de emprego. Quando chegam à Capital, são exploradas sexualmente e vivem em cárcere privado”, contou a assistente social.

Por meio de falsas agências de modelo, as crianças também são induzidas à pornografia infanto-juvenil, outro tipo de exploração sexual.

“O aliciador (pessoa que instiga menores a se prostituírem) prometem às mães das vítimas que as adolescentes serão modelos. Mas, na verdade, o objetivo é a prostituição”, alertou Sanilda.

As outras duas modalidades de exploração sexual aconteceriam nos portos do Estado e nas ruas. “Já tivemos muitos casos em ambos locais”, lembrou.

Sexo nas estradas

gias e sociais”, afirmou.

Acompanhadas e guardadas pelo SOS Criança, as crianças e adolescentes que sofrem qualquer tipo de violência sexual só saem da sede da entidade, no centro da Capital, com autorização judicial.

Após o trabalho de investigação da polícia, as vítimas tomam rumos diferentes. “Algumas retornam para a família, outras seguem para Casa de Passagem e umas acabam ficando com parentes. Tudo vai depender do caso”, enfatizou Sanilda Faustino.

Em todo o Estado, 13 municípios têm casas de passagem. No entanto, esses locais não seriam considerados ideais para abrigar quem sofreu exploração sexual.

“Os abrigos no interior do Estado não têm retaguarda para atendimento. Na Grande Vitória, não há uma separação da criança que foi espancada da que foi explorada sexualmente. Não sei se isso ajuda, devido à integração social, ou se prejudica a vítima, devido ao constrangimento”.

OS NÚMEROS

Perfil da exploração sexual no Espírito Santo

Ano	Denúncias
1997	02
1998	02
1999	---
2000	06
2001	04

Locais da exploração percentua

residência	51%
prostíbulo	21%
ponto de concentração de meninos e meninas	14%
boate	7%
bar/restaurante	7%

Aliciadores

Sexo	Percentual
homens	50%
mulheres	29%
homens e mulheres	7%
não informado	14%

Idade	Percentual
31 a 45 anos	51%
acima de 45 anos	14%
diversos	14%
não informado	14%

Vítimas

Sexo	Percentual
feminino	79%
masculino	9%

Idade	Percentual
12 a 18 anos	
incompletos	64%
diversos	29%
8 a 11 anos	7%

Fonte: Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (Abrapia)

Cabelos longos, pele clara, pesando aproximadamente 40 quilos e medindo cerca de 1,50 metros de altura. Quem olha para essa menina de 12 anos não imagina que ela é explorada sexualmente. Sentada na cadeira de um posto de gasolina, às margens da BR 262, em Cariacica, a criança teria o hábito de ficar no local, que serviria de ‘ponto’, todas as noites.

Cenas de exploração sexual infanto-juvenil como essa, apesar de triste, vêm sendo praticadas por cerca de três milhões de meninos e meninas, com idade entre 12 e 18 anos, em vários países.

A lamentável estatística é do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que considera a exploração sexual infanto-juvenil o terceiro comércio ilegal do mundo, depois da droga e das armas.

No Espírito Santo, o índice de denúncias e casos de exploração sexual é considerado baixo pela polícia e por entidades que lidam diretamente com o crime. No entanto, os números podem não estar refletindo a realidade.

Nos últimos cinco anos, apenas 14 denúncias foram registradas no SOS Criança, da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à In-

fância e à Adolescência (Abrapia). A gerente geral de projetos da entidade, Vânia Izso de Abreu, enfatiza:

“Realmente, o número é muito baixo. Gostaria até que fosse real. Mas acho difícil ser verdadeiro devido às condições geográficas do Espírito Santo, uma região litorânea, com praias e portos, locais propícios à exploração sexual. Acredito que a quantidade de denúncias seja baixa, porque a população capixaba não conhece o SOS Criança”.

Roupas de marca

Já no SOS Criança do Estado, foram registrados sete casos de exploração sexual e

cinco suspeitas do crime, durante o ano passado.

Há oito anos lidando com essa triste realidade, a assistente social do SOS Criança Sanilda Faustino dos Santos, 39 anos, é categórica:

“As denúncias são poucas. Mas a exploração sexual, infelizmente, existe. Há casos deprimentes, como o da menina que se deixa explorar sexualmente para comprar roupas de marca em shoppings”.

Na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), foram feitos 39 registros de exploração sexual, entre ocorrências e denúncias, em 2001.

A delegada Glória Regina da

O QUE DIZ A LEI

Exploração sexual é crime

De acordo com o artigo 244-A, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), exploração sexual é crime. Pode ser autuado nesse artigo quem submete criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual. A pena vai de quatro a 10 anos de reclusão e multa. Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou responsável pelo local em que se verifique a submissão de crianças ou adolescentes às práticas da prostituição ou à exploração sexual. Constitui efeito obrigatório da condenação, a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento. Denúncias de exploração sexual e maus-tratos podem ser feitas ao SOS Criança no Espírito Santo, pelo telefone 3223-9387, e ao SOS Criança - Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (Abrapia), pelo telefone 0800-990500.

‘Hoje é pior que antigamente’

“Fui vendida para um japonês, no Rio de Janeiro, quando tinha 11 anos. A mulher era uma cafetina, e eu não sabia. No Japão, casei com 13 anos e tive um casal de gêmeos. Até hoje não posso vê-los. Separada do japonês, vim para Vitória, onde vivi na prostituição por um ano. Larguei essa vida e me formei em radialismo. Hoje, com 42 anos, condeno a exploração sexual infanto-juvenil e defendo a classe das meninas (prostitutas)”.

O relato é de Maria da Glória Rosa Miranda, a *Glorinha*, presidente do Sindicato das Minorias Sexualmente Discriminadas (Sindiminorias). Categórica, ela afirma que a situação, envolvendo a explora-

ção sexual de crianças e adolescentes, piorou muito nos últimos anos.

“A exploração sexual infanto-juvenil aumentou em 50%, em comparação da minha época para hoje. O aumento da pobreza, a falta de educação e de saúde contribuíram para esse crescimento”, enfatizou *Glorinha*.

Ela acrescentou: “Com certeza, 70% das crianças que aceitam ser exploradas sexualmente estão nessa vida hoje porque passam por necessidades financeiras”.

Enfática, *Glorinha* ressaltou: “O mais triste dessa situação é que a prostituição é a única profissão em todo o mundo que não exige expe-

riência no ramo. Por isso, a exploração sexual aumenta”.

Arrependimentos

Dizendo-se arrependidas, quatro mulheres exploradas sexualmente durante a adolescência contam como é viver do sexo. Unanimemente, elas aconselham: ‘não entre nunca nessa vida’.

Explorada sexualmente a partir dos 15 anos, Carla (nome fictício), hoje com 33 anos, diz que, ao longo desses 17 anos, já passou por muita humilhação.

“Trabalhei na orla da praia de Camburi, onde me jogaram pó químico de extintor de incêndio, ovo, tomate podre, me xingaram, me estupraram e me roubaram. Não aconselho

Silva Menezes – que respondeu interinamente pela DPCA até o último dia 31 – endossa as afirmações de Vânia e Sanilda.

“A quantidade de denúncias é pequena, porque as pessoas não acreditam nas providências a serem tomadas ou porque não sabem da existência do SOS Criança”, acrescenta.

Vida de cão

Hoje com 17 anos, *João* (nome fictício) é explorado sexualmente há um ano. Um adolescente muito falante, ele conta: “Meus pais não aceitam o fato de eu ser homossexual. Por esse motivo, saí de casa. Agora, fico em uma boate, em Vitória, onde estou trabalhando há oito meses”.

Silvia (nome fictício) começou a ser explorada sexualmente aos 14 anos. Sete anos depois, ela suspira: “Gostaria de largar essa vida, pois sofro discriminação da sociedade e dos próprios ‘clientes’”.

No combate ao crime, a coordenadora do Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente da Ufes, Vânia Maria Manfro, alerta: “As vítimas de exploração sexual têm auto-estima baixa, tendência à depressão, sentimento de culpa e dificuldade de relacionamento. Para superar o trauma, só com tratamento psicológico”.

Sexo nas estradas

Coordenando o SOS Criança no Espírito Santo há quatro anos, a assistente social Sanilda conta que todos os dias aparecem novas formas de exploração sexual.

Ela lembra: “Em algumas entrevistas, ouvi casos de meninas que pegaram carona no Nordeste do país, por exemplo. No trajeto para o Espírito Santo, elas eram ‘agenciadas’ pelos caminhoneiros. Seria uma forma de pagamento pela carona”.

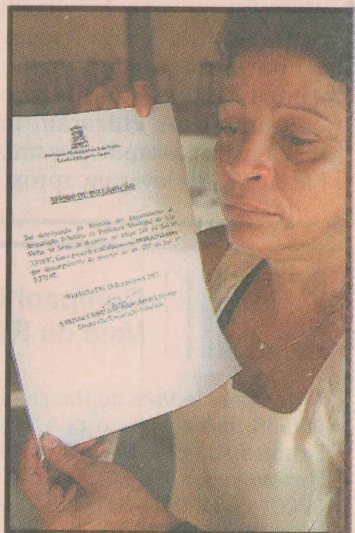
Segundo a assistente social, existem histórias chocantes como o da própria mãe que explora a filha.

“Algumas mães têm coragem de vender a filha para vizinhos. Nesses casos, há crianças que estão tão ‘acostumadas’ a serem exploradas sexualmente, em suas próprias casas, que preferem fugir e ir ‘trabalhar’ em ruas ou boates”, relatou Sanilda.

Demonstrando espanto, a assistente social acrescenta: “Certa vez, uma menina me revelou que era obrigada a ser fotografada com intenções pornográficas para que as fotos fossem vendidas”.

Para piorar a situação das vítimas de exploração sexual, o aliciador é um criminoso difícil de ser preso.

“É um trabalho muito difícil. O pior é que a banalização do sexo contribui para a impunidade. É fundamental que denúncia seja consistente. Assim, a polícia consegue chegar até o aliciador e prendê-lo”, ressaltou Sanilda.



Gilda Loyola

Sem o direito de ver seus filhos, *Glorinha* foi explorada aos 11 anos